

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **DOCUMENTOS MUSICOGRÁFICOS RECOLHIDOS A TRÊS INSTITUIÇÕES HOPITALARES BRASILEIRAS: MEMÓRIAS E IDENTIDADES MUSICAIS DE FREIRAS IMIGRANTES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Fernando Lacerda Simões Duarte

Escola de Música da UFPA

lacerda.lacerda@yahoo.com.br

### **Introdução**

As práticas musicais de tradição escrita se valem de documentos musicográficos para a execução musical. Esses documentos podem ser manuscritos ou impressos. Trata-se de partes instrumentais e/ou vocais – escritas, em regra, em um pentagrama e limitadas a um único naipe –, partituras – também chamada de grade, com as diversas partes instrumentais e vocais, utilizadas pelo regente, ou ainda as versões para canto e instrumento de teclados, bastante recorrentes para a grafia de canções de câmara e de música religiosa –, tablaturas – sistema de notação musical baseado na indicação da digitação ao instrumento, utilizado desde o Renascimento e que hoje encontra espaço especialmente entre violonistas –, dentre outras. Outros documentos oriundos das práticas musicais podem ser ainda mencionados, os quais não se limitam à tradição escrita da música, mas também alcança a tradição oral / aural: cadernos contendo letras de músicas, escritos pessoais de compositores, normativas, documentos de instituições que abrigam práticas musicais – os livros de tombo e fábrica de igrejas, por exemplo –, dentre outros. Há ainda que se observar o caráter de “testemunhas” das práticas musicais que assumem os instrumentos musicais e os espaços que outrora abrigaram tais práticas.

Antonio Ezquerro Esteban (2016) elaborou uma taxonomia do patrimônio musical com quatro grandes categorias: (1) patrimônio musical sonoro ou propriamente musical, que tem caráter evanescente, imaterial e pressupõe as práticas musicais; (2) patrimônio musical organológico, relativo às fontes emissoras de sons, sejam elas para a interpretação de músicos – instrumentos musicais – ou para a reprodução mecânica –

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tais como aparelhos de rádio, vitrolas, caixinhas de música, autômatos e outros; (3) patrimônio musical espacial, que abarca os espaços onde ocorreram atividades musicais. Nesta categoria podem ser inseridas as instituições de ensino de música, as igrejas, os teatros, as instituições de ensino regular com atividades musicais, dentre outras; (4) patrimônio musical documental, que abarca todas as fontes documentais textuais, musicográficas, sonoras, audiovisuais, tridimensionais, iconográficas etc., que trazem informações relevantes para o conhecimento da música.

A categoria do patrimônio musical documental não é tão distante do que Pedro José Gómez González e seus colaboradores exemplificaram sob o título de fontes para o estudo da *Musicología* – considerada como ciência da Música em sentido amplo e não apenas como uma associação imediata à subárea da Musicologia histórica como ocorre no Brasil – à exceção dos instrumentos musicais, que estaria na categoria dos organológicos de Ezquerro Esteban. Elencam, portanto, os autores: partituras, registros sonoros e audiovisuais; libretos e textos; escritos pessoais dos compositores; tratados sobre música; documentação de órgãos governamentais ou instituições com atividades musicais; estatutos e regulamentos; entrevistas pessoais; instrumentos musicais; objetos artísticos (objetos tridimensionais e de iconografia musical); livros de contas; cerimoniais; dossiês de oposições; documentação avulsa; livros sacramentais de paróquias; documentos pontifícios; documentos notariais ou cartoriais; impressos contendo críticas musicais e anúncios de concertos; cartazes e programas de concertos, dentre outros (GÓMEZ GONZÁLEZ et al., 2008, p.93-102).

O processo de reconhecimento desses documentos enquanto patrimônio a ser preservado, mas também estudado, a fim de se produzir uma história da música menos biográfica e mais propriamente musical, foi um desenvolvimento que ocorreu, no Brasil, ao longo do século XX (CASTAGNA, 2008). Indo além, é possível dizer que a preocupação com a preservação, tratamento, organização, separação de distintos fundos em tais categorias é igualmente recente, não tendo ainda sequer um século (CASTAGNA, 2016). Assim, se existiu uma geração de estudiosos da música que, há algumas décadas, se baseou em procedimentos colecionistas – aí mencionados os padres João Mohana, Jaime Diniz e José Penalva, mas também o musicólogo Francisco Curt Lange e o historiador Vicente Salles –, dos quais resultaram grandes acervos de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

documentos musicográficos hoje recolhidos a instituições públicas e privadas, por outro lado, muitos acervos ainda hoje sequer são conhecidos no meio acadêmico.

O resultado da recolha realizada por João Mohana hoje é custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão, juntamente com outros conjuntos documentais, conhecidos sob o título de Acervo João Mohana. O acervo recolhido por Vicente Salles é custodiado pela Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará. A coleção de musicográficos de João Mohana se encontra na Casa do Pilar, que integra o Museu da Inconfidência de Ouro Preto, enquanto o arquivo pessoal do estudioso, com uma pequena parte de documentos recolhidos está no Acervo Curt Lange, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Já as recolhas de Jaime Diniz aparentemente resultaram em duas coleções; uma delas – a que seguramente foi realizada pelo clérigo – se encontra recolhida à Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, em Recife, ao passo que a outra – sobre a qual nos pairam dúvidas acerca do processo de recolhimento – se encontra na Fundação Gregório de Mattos / Arquivo Público Municipal da cidade de Salvador. Quanto à coleção realizada pelo padre Penalva e seu arquivo pessoal, ambos se encontram hoje no Museu Claretiano de Curitiba. Em suma, é possível observar o reconhecimento de tais acervos como portadores de parte da memória social e de uma categoria profissional específica – a dos músicos – com o recolhimento de tais acervos a lugares de memória, tais como teorizados por Pierre Nora (1993).

Em nossa investigação doutoral acerca das práticas musicais religiosas do catolicismo romano que ocorriam dentro dos templos brasileiros entre 1903 e 2013 (DUARTE, 2016b) – práticas que poderiam ser simplesmente denominadas “litúrgicas”, contudo, existem diferentes significados para o termo –, empreendemos pesquisa de campo em setenta cidades brasileiras, nas vinte e sete unidades da Federação. Tal pesquisa pressupôs o mapeamento dos potenciais acervos de interesse nas cidades e a consequente pesquisa arquivística *in loco*, baseada essencialmente na realização de fotografias digitais das fontes, que seriam posteriormente estudadas. Após a conclusão do doutorado, nos propusemos à investigação em mais cinquenta e cinco cidades brasileiras, além de Leticia, na Colômbia e Lisboa, em Portugal, em dois estágios pós-

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

doutorais.<sup>1</sup> Tais pesquisas acabaram por resultar em mapeamentos ainda mais amplos, embora um dos projetos ainda versasse somente sobre a música religiosa.

Dentre as diversas entidades custodiadoras de acervos musicais que foram mapeadas, portanto, entre 2013 e 2021, é possível destacar, dentre outros: bibliotecas; museus; arquivos públicos e eclesiásticos – de dioceses e arquidioceses; igrejas e casas religiosas, de ordens e congregações, masculinas e femininas; os acervos recolhidos por musicólogos, mencionados anteriormente; instituições com assistência religiosa – a exemplo do asilo Pão de Santo Antônio, de Diamantina - MG; bandas de música; sociedades musicais; teatros; acervos particulares – arquivos pessoais e familiares, além de arquivos institucionais removidos de suas instituições de origem. Embora menos prováveis, figuram também neste rol os hospitais.

Muitas instituições hospitalares estiveram ligadas à religião e outras tantas ainda o são até o presente. As mais antigas em solo brasileiro são, muito provavelmente, as Santas Casas, ligadas às irmandades da Misericórdia. A mais antiga, em Santos – SP, data de 1543. Instituições congêneres estão espalhadas por todo o país, sendo uma delas objeto deste estudo. Há muitas outras instituições pertencentes a agremiações religiosas, dentre as quais, poderiam ser citadas: a rede de hospitais camilianos, da Ordem dos Ministros dos Enfermos – religiosos Camilianos –, em grande parte do Brasil, o Hospital Santa Catarina, da Congregação das Irmãs de Santa Catarina de Alexandria, e o Hospital Santa Marcelina, da Congregação das Irmãs de Santa Marcelina, ambos em São Paulo, o hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, em Belém – PA, e o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro – RJ. Já a ampla atuação de freiras em instituições hospitalares no país teria como exemplos as Religiosas da Congregação de Jesus na Eucaristia, em Cachoeiro de Itapemirim-ES (FRANCELINO, 2017) – na

---

<sup>1</sup> Os projetos realizados foram: *Memórias da música religiosa católica no Brasil a partir de Minas Gerais: em busca de uma história de longa duração e Patrimônio Arquivístico-musical no Pará: preservação estudo e difusão da memória musical de tradição escrita*, realizados juntos aos programas de pós-graduação em Música, da UFMG (2016-2017), e Artes, da UFPA (2017-2020), respectivamente. Ressalte-se aqui a importância de termos recebido bolsas PNPd/CAPES, sem as quais os projetos não teriam sido concretizados. O fomento das agências públicas é fundamental para o desenvolvimento das pesquisas no país, razão pela qual demandam especial atenção dos governantes, o que infelizmente não tem ocorrido no último quinquênio e, de maneira muito mais acentuada, desde 2019.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

direção e todos os serviços internos da Santa Casa, a partir de 1929; as Filhas de Sant'Anna, em diversas instituições voltadas à saúde, no Pará, Amazonas e Rio Grande do Norte (BODAS DE OURO DAS FILHAS DE S. ANNA NO BRASIL, 1933), desde fins do século XIX, as Irmãs da Divina Providência, desde fins do XIX, em Santa Catarina e as Franciscanas da Terceira Ordem Regular, desde o mesmo período, no Rio Grande do Sul. Note-se, aliás, que o modelo de saúde pública baseado em concessões à administração religiosa subvencionada pelo Estado foi bastante comum no entresséculos, conforme apontou Henrique Sugahara Francisco (2018).

Neste trabalho, busca-se analisar os acervos relativos a práticas musicais em instituições hospitalares relacionadas à atuação das Filhas de Sant'Anna, no Belém-PA, das Irmãs da Divina Providência, em Florianópolis, e das Franciscanas da Terceira Ordem Regular, em Pelotas. Esses acervos encontram-se recolhidos, respectivamente, à sacristia da capela do Hospital D. Luiz I, da Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, ao Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis e ao Memorial da Santa Casa de Pelotas.

Em consequência da localização de acervos musicais nessas três instituições hospitalares, deram origem ao presente trabalho os seguintes problemas: qual o conteúdo dos acervos? Quais as semelhanças entre eles e quais as peculiaridades? É possível identificar traços de identidades musicais das congregações por meio dos documentos musicográficos? Como eles se relacionam com os grandes movimentos da música litúrgica no catolicismo romano do período? Para responder a tais questões, empreendeu-se pesquisa de campo – anteriormente à pandemia de Covid-19 – na qual foi realizada a produção de imagens digitais dos documentos musicográficos e outros documentos para, em momento posterior, proceder-se à análise. A obtenção de dados inclui ainda a pesquisa bibliográfica de trabalhos que versaram sobre as congregações religiosas e instituições hospitalares aqui abordadas (BORESTEIN, 2000; CARMO, 2012; DE PIERI, 2014; TOMASCHEWSKI, 2007; PEREIRA, 1997).

A análise está baseada na relação entre a memória e identidade coletivas, expressa por Joël Candau (2011). Segundo o autor, as identidades compartilhadas por grupos humanos se baseiam em memórias compartilhadas e nos discursos acerca dessas

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

memórias. Destaca-se ainda um olhar a partir da Arquivologia, baseado em Heloísa Bellotto (2002), segundo o qual, seria possível afirmar que os documentos musicográficos não se encontram hoje em fase corrente, ou seja, não são mais utilizados nas práticas musicais. Faça-se, contudo, a ressalva de que as características de produção e uso dos documentos musicográficos não permitem a aplicação literal da teoria das três idades, mas demanda adaptações (DUARTE, 2019). Assim, os documentos em questão, apartados das práticas musicais atuais, foram recolhidos, no caso das instituições hospitalares do Sul do Brasil, a lugares de memória (NORA, 1993): um arquivo do Imperial Hospital de Caridade e o Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. No caso o Hospital Dom Luiz I, as fontes encontram-se na sacristia da capela, já tendo sido tratadas e, por vezes, até mesmo reinseridas nas práticas musicais religiosas do presente (DUARTE, 2018). As categorias do patrimônio musical, de Antonio Ezquerro Esteban (2016), e nos tipos de fontes musicais, por Gómez González e seus colaboradores, ambos mencionados anteriormente, assim como os lugares de memória, em Pierre Nora (1993) são de especial relevância para a compreensão da abrangência da temática do patrimônio musical, os tipos documentais e as situações de recolhimento.

A análise do conteúdo musical das fontes se baseia no panorama que desenvolvemos para a compreensão da produção musical católica no século XX (DUARTE, 2016b), bem em nossos estudos que se detiveram nos cantos religiosos populares ou cânticos espírituais desde fins do século XVIII (DUARTE, 2020) e, de maneira mais intensa, na segunda metade do século XIX, graças à atuação da Congregação da Missão, os religiosos lazaristas (DUARTE, 2016a). Baseamo-nos, finalmente, em trabalhos anteriores, nos quais pudemos abordar a reinserção de fontes recolhidas à capela do Hospital Beneficente Portuguesa de Belém nas práticas musicais (DUARTE, 2018) e uma análise voltada à atuação musical das religiosas no Imperial Hospital de Caridade, em Santa Catarina, e na Santa Casa de Pelotas, no Rio Grande do Sul (DUARTE, 2021).

O desenvolvimento do trabalho se organiza em três partes. A primeira é uma descrição geral dos acervos e fontes, bem como das situações de tratamento e condições de acesso. Em seguida, o período histórico e a autocompreensão da Igreja que

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

influenciaram a constituição dos acervos é abordada. Finalmente, realiza-se uma análise do conteúdo da documentação de musical no panorama da atuação das religiosas imigrantes nas instituições hospitalares e como as fontes podem revelar memórias e identidades musicais dessas religiosas.

## 1. Os acervos musicais

O Hospital Dom Luiz I, da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, é um dos muitos exemplos do associativismo de imigrantes (JESUS, 2007) que ocorreu no Brasil no século XIX. Esse associativismo ocorreu ainda, na cidade, no setor cultural e de recreação, com a Tuna Luso – hoje, dedicada essencialmente aos esportes – e com o Gabinete Português de Leitura ou Grêmio Literário e Recreativo Português.

Em fins do século XIX, o Hospital Dom Luiz I passou a contar com a gestão de freiras que imigraram da Itália. Trata-se da Congregação das Filhas de Sant’Anna, que assumiram, inicialmente, a gestão da Santa Casa de Misericórdia de Belém, em 1884, e depois, outras instituições no âmbito da saúde: o Hospício dos Alienados, o Hospital Dom Luiz I – em 1896 –, o Hospital “Domingos Freire”, dedicado ao tratamento de portadores de tuberculose, o Asylo de Mendicidade e o Hospital São Sebastião. No âmbito da educação, as Filhas de Sant’Anna passaram a gerir o Orphanato Antonio Lemos, o Instituto Gentil Bittencourt e o Collegio Santa Rosa, sendo que, no caso destes dois últimos, até hoje a gestão das religiosas se mantém. No Orphanato Municipal Antonio Lemos, por exemplo, as próprias religiosas lecionavam música (BODAS DE OURO DAS FILHAS DE S. ANNA NO BRASIL, 1933). Essa dupla atuação, nos ramos da educação e da saúde, ocorreu também com as religiosas de origem alemã que assumiram as instituições hospitalares de Pelotas e Florianópolis aqui abordadas.

Formado em razão da assistência espiritual e, conseqüentemente, da atuação musical das freiras italianas nas missas, o acervo de documentos musicográficos se encontra hoje recolhido à sacristia da capela do hospital. No ano de 2018, os padres do Instituto Bom Pastor realizavam as celebrações religiosas na capela, no rito de São Pio V, ou seja, em língua latina, de acordo com os paradigmas e livros litúrgicos anteriores ao

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Concílio Vaticano II (1962-1965). A violonista Marcelly Cunha frequentava tais celebrações quando foi interpelada pelos padres acerca do acervo. Sabendo de nossa atuação no campo do tratamento, informou-nos e passamos a, conjuntamente, tratá-lo. Além dos documentos musicográficos manuscritos e impressos – datados, sobretudo, da primeira metade do século XX –, está localizado na capela um harmônio, que por anos não funcionava. O padre solicitou-nos, então, alguma ajuda e conseguimos solucionar o problema do vazamento de ar que ocorria e o instrumento voltou a funcionar. Assim, ao longo do processo de tratamento do acervo, a pedido do padre, passamos a tomar parte dos ritos ao harmônio, executando obras contidas nas fontes e reinserindo-as, portanto, na função original para a qual as fontes foram produzidas (DUARTE, 2018). Em outras palavras, é possível dizer que o acervo que até então se encontrava em fase intermediária de recolhimento (BELLOTTO, 2002) – afastado das práticas musicais, sobretudo, pelas mudanças litúrgicas decorrentes do Concílio Vaticano II – retornou à fase corrente, de uso litúrgico, ainda que apenas instrumental, ao mesmo tempo em que alcançava o recolhimento permanente. Hoje, o acervo está tratado – higienizado, inventariado e mais bem acondicionado – e, para consultá-lo, deve-se agendar com o capelão do hospital.

Já os acervos do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis e da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas encontram-se recolhidos a lugares de memória (NORA, 1993), ou seja, a espaços destinados a deterem o esquecimento por meio do recolhimento e garantia de acesso à documentação. No primeiro caso, existe uma espécie de arquivo do Hospital e da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, constituída por leigos católicos no século XVIII e que até hoje administra o hospital. A irmandade também é responsável por um dos maiores eventos religiosos da cidade, a procissão do Senhor dos Passos. A consulta ao acervo é permitida e deve ser agendada com o historiador responsável. Há de se notar que existe considerável preocupação com a memória da irmandade e de seu hospital, o qual se revela na obra – em dois volumes – *Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos* (PEREIRA, 1997). O acervo de documentos musicográficos é consideravelmente mais amplo, em termos temporais, que nos outros dois casos, se estendendo de fins do século XIX ao repertório posterior ao Concílio Vaticano II, adentrando até mesmo o século XXI. Para fins da análise aqui proposta foi

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

efetuado, portanto, um recorte temporal, limitando o marco final à década de 1960, quando ocorreu o Concílio. Semelhantemente ao acervo legado pelas filhas de Sant'Anna, italianas, os acervos relativos às religiosas que atuaram no Imperial Hospital de Caridade e na Santa Casa de Pelotas são constituídos de documentos musicográficos manuscritos e impressos.

As Irmãs da Divina Providência – também conhecidas à época como “irmãs enfermeiras” – chegaram ao Imperial Hospital em 1897, provenientes de Münster, na Alemanha. Escolha das religiosas para assumirem o hospital esteve ligada à necessidade de assistência espiritual voltada aos católicos alemães que residiam em Florianópolis. A congregação havia sido fundada, na Alemanha, há pouco mais de meio século, em 1842, pelo padre Eduardo Michelis. Note-se que, antes da presença das Irmãs da Divina Providência, trabalharam na instituição, por pouco tempo, irmãs de origem francesa, que acompanhavam missionários lazaristas que por lá passaram. Não restaram, contudo, quaisquer vestígios de atividade musical relacionados a essa rápida passagem (BORENSTEIN, 2000, p. 80-81).

Finalmente, a Santa Casa de Misericórdia passou à gestão das Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco no ocaso do século XIX. Sua função seria “administrar o hospital, e a farmácia que seria criada. Em outubro de 1900, mesmo ano em que as irmãs foram contratadas, a Mesa da Santa Casa mostra quem detém a decisão sobre o funcionamento da instituição” (TOMASCHEWSKY, 2007, p. 107). Da gestão das irmãs franciscanas restam muitos vestígios materiais recolhidos ao Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. No que diz respeito aos musicográficos, chama a atenção a existência de fontes trazidas pelas religiosas de sua diocese de origem, Tréveris – *Trier* –, na Alemanha – semelhantemente a uma fonte trazida de Münster pelas Irmãs da Divina Providência que atuaram em Pelotas. Além dos itens documentais relativos à música, Memorial da Santa Casa de Pelotas recolhe extensa documentação acerca da instituição e da Irmandade da Misericórdia. Os itens de maior destaque para os visitantes parecem ser, contudo, os instrumentos e aparelhos para o exercício da medicina e enfermagem, que se encontram expostos.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A existência de harmônios nas capelas aproxima os três acervos visitados. No caso de Pelotas, entretanto, merece destaque o fato de se encontrarem na capela dois instrumentos de grandes proporções (com grande quantidade de registros, ou seja, de possibilidades timbrísticas), um de manufatura alemã e o outro, francês. Além dos instrumentos, o patrimônio organológico do Memorial da Santa Casa guarda aparelhos que eram utilizados em uma espécie de rádio interna, *long plays* e fichas com dados de dedicatória de música para os enfermos.

Há de se destacar, finalmente, que o acesso ao Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas é livre e gratuito, e que uma série de ações voltadas à educação para o patrimônio é desenvolvida pela instituição.

### **2. Romanização, Restauração musical católica e a imigração de religiosos**

A imigração das religiosas da Itália e da Alemanha para o Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocorreu num período em que a autocompreensão católica hegemônica era Romanização, especialmente no último quartel do século XIX e primeiras décadas do XX. Nesse período, muitas ordens religiosas que já se encontravam no país estavam em decadência motivada pela proibição estatal aos noviciados, em 1855, mas também por reflexo da reforma geral eclesial de 1834, em Portugal. Assim, franciscanos observantes e beneditinos, ordens que já se encontravam em solo brasileiro, tiveram seus conventos salvos do completo esvaziamento graças à vinda de religiosos alemães. Note-se que, na segunda metade do século XIX, passou a existir na Alemanha um exacerbado anticlericalismo, sob o título de *Kulturkampf* – guerra cultural motivada pelo crescente pensamento liberal.

Além da vinda de monges e frades para os conventos de ordens que há muito se instalaram no Brasil, os católicos do último quartel do século XIX testemunharam ainda a chegada de diversas outras ordens e congregações, femininas e masculinas, tais como salesianos, camilianos, verbitas, espiritanos, sacramentinos, maristas, passionistas, Servos de Maria, dentre outros. Antes dessa grande leva de religiosos imigrantes, os

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lazaristas – padres e religiosos da Congregação da Missão – já haviam vindo pro país a fim de colaborar com a difusão de um catolicismo mais aos moldes da Romanização.

Alguns pressupostos permitem a compreensão da Romanização e do impacto da vinda de religiosos e religiosas da Europa a fim de colaborarem com sua difusão. A estrita obediência à autoridade papal acima de qualquer decisão sinodal local – herdada do Ultramontanismo –, o reforço à hierarquia eclesiástica, a estigmatização das devoções populares – sob a acusação de que resultavam em abusos e profanações – e a centralização da atividade religiosa no clero – inclusive com o fechamento de irmandades e substituição gradativa de devoções (GAETA, 1997) foram alguns deles. Essa autocompreensão parecia adequada, portanto, à sociedade da *Belle Époque* e da República, uma vez que esse novo catolicismo eurocentrista colaborava com o apagamento do passado colonial (DUARTE, 2016b).

Paralelamente ao crescimento da Romanização, avançava na Europa – especialmente na Alemanha – uma corrente defendida por especialistas em música sacra e acadêmicos que tinha por objetivo restituir a dignidade da música dos templos, que havia sido perdida, na visão desses, em razão das influências da ópera e da música sinfônica executada na Igreja. Das Academias de Santa Cecília e São Gregório Magno – nas quais se reuniam os defensores do movimento – resultou o nome Cecilianismo e da tentativa de restauração da música litúrgica ao seu “lugar de dignidade”, Restauração musical católica (DUARTE, 2016a). Dois pontos momentos foram decisivos para confirmar a ascensão dos objetivos do Cecilianismo à Igreja Romana: o reconhecimento pontifício de Pio IX à Academia de Santa Cecília da Alemanha, em 1868, e a promulgação do *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, em 1903, por Pio X. Esse documento se propunha a ser uma espécie de código jurídico de música sacra, decretando e proibindo aspectos relacionados à composição e execução das obras nas igrejas. São pontos a se destacar: a proibição aos coros mistos, ao piano, às bandas de música e aos instrumentos de percussão, a necessidade do ensino de música nos seminários e a instalação de coros nas catedrais e igrejas maiores, o afastamento dos referenciais sonoros da ópera e da música sinfônica nas novas composições e sua aproximação do canto gregoriano. Em que pese à rigidez das normas, muitos de seus objetivos foram negociados, parcialmente aceitos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ou até mesmo ignorados, conforme atestam as fontes contendo repertório musical religioso das primeiras seis décadas do século XX (DUARTE, 2016b).

Os religiosos lazaristas vieram para o Brasil anteriormente à ampla difusão dos paradigmas restauristas ou cecilianos, de modo que suas publicações de cânticos religiosos em língua vernácula – *Canticos Espirituaes* e *Canticos Sagrados colligidos pelos padres da Congregação da Missão Brasileira* – ainda valiam de muitas melodias adaptadas de óperas e música sinfônica ou compostas assimilando características musicais desses gêneros (DUARTE, 2016a). A maior parte das congregações vindas da Europa no último quartel do século XIX já havia assimilado, ainda que parcialmente, as mudanças que culminariam com a promulgação do *motu proprio* de Pio X, em 1903.

### **3. A música nas três instituições hospitalares: entre o universal e o particular**

Do ponto de vista do repertório contido nas fontes, é perceptível o alinhamento aos paradigmas da Restauração musical católica, com cânticos em língua latina, a uma e duas vozes, para as solenidades. No caso das religiosas alemãs atuantes em Pelotas, a divisão de vozes parece não ser apenas uma questão de escrita original do repertório, mas de uso prático. Em um exemplar da coletânea de cânticos *Cecilia*, editada por religiosos franciscanos atuantes no Brasil, se lê “Irmãs Franciscanas | S.ta Casa, Pelotas | n. 7 IIª voz”, sugerindo, portanto, o canto a mais de uma voz nos serviços religiosos. A divisão de vozes poderia ser realizada pelas alunas dos colégios religiosos geridos pelas religiosas. Não parece improvável, entretanto, que as próprias freiras cantassem a vozes.

Há ainda cantos religiosos populares, de uso bastante recorrente no catolicismo romano, mesmo antes do Concílio Vaticano II. Como sugerem as fontes, esses cânticos espirituais têm sido utilizados dentro dos templos católicos do espaço lusófono – Brasil e Portugal – ao menos nos últimos duzentos e vinte anos (DUARTE, 2020), não apenas nas jaculatórias de novenas ou nos benditos da piedade popular, mas também nas missas baixas rezadas – não solenes e, portanto, paralitúrgicas (DUARTE, 2016a).

Neste ponto ficam mais evidentes as particularidades de cada congregação: se as fontes referentes à atuação das Filhas de Sant’Anna no Hospital Dom Luiz I tinham cânticos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em português, latim e italiano, no caso das alemãs, mantidas as duas primeiras línguas, o italiano não é percebido, mas sim o alemão. Alguns exemplos de fontes e obras merecem destaque: o *Inno a S. Anna*, de Giovanni Vavalli, copiado em um caderno de música das religiosas italianas. Além do hino, há uma missa do mesmo compositor, cujas obras musicais não foram localizadas em outros acervos brasileiros em nossas pesquisas de campo. No caso das Irmãs da Divina Providência, em Florianópolis, é possível destacar duas fontes: *Gesang und Gebetbuch für das Bistum Münster* – livro de cânticos e orações para a diocese de Münster, a região de origem da congregação –, possivelmente do primeiro quartel do século XX e uma cópia heliográfica de uma coletânea não identificada, com cânticos espirituais em língua alemã. Já as Irmãs Franciscanas trouxeram para seu acervo o *Vierstimmiges Gesangbuch für die Diocese Trier*, livro de cânticos a quatro vozes para a diocese de Tréveris, de 1893. Outra particularidade é a presença de cânticos possivelmente compostos por religiosas de cada uma dessas congregações, seja no Brasil, seja na Europa.

Há ainda traços mais específicos de cada acervo a serem apresentados. No Hospital Dom Luiz I, tem-se uma coletânea de cânticos espirituais editada pelo padre lusitano Luis Rodrigues. Essa coletânea não é localizada com facilidade em outros acervos, o que sugere que sua aquisição tenha se dado pela Sociedade Portuguesa Beneficente. No mesmo acervo há dois itens de partituras manuscritas encadernadas em capas de “*Essais des Produits Pharmaceutiques | Compagnie Parisienne des Couleurs d’Aniline, a Creil (Oise)*”, apontando a aproximação entre os ambientes religioso e hospitalar. No tocante às obras musicais, destaca-se a localização de diversas composições dedicadas a Santana, patrona da congregação das religiosas de origem italiana. Uma peculiaridade observada no acervo de Florianópolis é um carimbo úmido em uma das fontes com a marca de proveniência “Asilo de Órfãs S. Vicente de Paulo”, sugerindo o trânsito de documentos musicográficos entre instituições com assistência religiosa geridas pelas Irmãs da Divina Providência na cidade. Quanto às Irmãs Franciscanas da Terceira Ordem Regular, chamou a atenção o fato de que diversos livros de cânticos que sugerem um arquivamento de fase corrente (BELLOTTO, 2002): na coletânea *Cecilia*, lê-se “Irmãs Franciscanas | S.ta Casa, Pelotas | n. 7 IIª voz” (canto a mais de uma voz

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nos serviços religiosos); em *Benedicte*, “Irmãs Franciscanas | S.ta Casa, Pelotas. 3”. O item de número 1 é o livro de cânticos a quatro vozes da Diocese de Tréveris, de 1893.

## Considerações finais

Ao final deste trabalho, os resultados apontam algumas semelhanças entre os acervos recolhidos ao arquivo do Imperial Hospital de Caridade, em Florianópolis, ao Memorial da Santa Casa de Pelotas e à sacristia da Capela do Hospital Dom Luiz I, na capital paraense. O primeiro ponto a se destacar é a presença de documentos musicográficos e harmônios, além da preservação das próprias capelas onde existiram e continuam sendo realizados serviços religiosos com música. Assim, a partir da taxonomia proposta por Antonio Ezquerro Esteban (2016), é possível falar na permanência das quatro vertentes do patrimônio musical: documental, organológica, espacial e a sonora. A manutenção do harmônio nas capelas e o recolhimento dos itens documentais a lugares de memória (NORA, 1993) aproxima o Imperial Hospital de Caridade e a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. A preocupação com o tratamento do acervo por parte dos clérigos que se ocupavam da capelania do Hospital Dom Luiz I, em 2018, os quais nos contataram, bem como em proverem os ritos religiosos com o repertório registrado nas fontes, também aponta para o resgate intencional de uma memória pré-conciliar também moldada ao modelo de catolicismo romano dito tradicionalista, pelo fato de celebrarem o rito em língua latina, tal como era praticado anteriormente ao Concílio Vaticano II.

Sobre o conteúdo dos acervos, nas três instituições foram localizados documentos musicográficos manuscritos e impressos, prevalentemente da primeira metade da primeira metade do século XX, mas também das segundas metades do XIX e do XX – em menor quantidade em Belém e Pelotas do que em Florianópolis. Tais documentos relacionam-se às atividades musicais, religiosas e no campo da saúde das Filhas de Santana, no Pará, das Irmãs Franciscanas, em Pelotas e da Congregação da Divina Providência, em Florianópolis. Se o repertório revela um traço comum no que tange ao alinhamento à chamada Restauração musical católica – movimento oficializado pelo *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, de Pio X, em 1903 e convergente com a Romanização –, fato é que a presença de composições de religiosas das congregações e

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a presença de cantos religiosos populares nos idiomas dos países de origem – italiano, no caso das Filhas de Santana e alemão, das demais – revelam traços de identidades musicais de cada congregação, inclusive tendo sido preservados livros de cânticos das dioceses de origem das duas congregações das freiras alemãs.

Sabendo-se que as religiosas católicas de origem europeia tiveram, a partir do entresséculos, considerável atuação nos setores do ensino e da saúde no Brasil, conclui-se o presente trabalho destacando que as instituições hospitalares revelam-seum vasto campo a ser explorado em termos arquivísticos, mas também para a História e a Musicologia.

## Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BODAS DE OURO DAS FILHAS DE S. ANNA NO BRASIL: notícias históricas 1884-1934. Rio de Janeiro: Escola Typ. Pio X, 1933.
- BORESTEIN, Miriam S. *O cotidiano da enfermagem no Hospital de Caridade de Florianópolis, no período de 1953 a 1968*. Florianópolis, 2000. 228 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARMO, Catarina Lisboa do. *Vozes em trânsito: um estudo sobre o agenciamento de diferentes discursos acerca da presença das Irmãs da Divina Providência no Hospital Colônia de Sant'Ana (1941-1985)*. Florianópolis-SC, 2012. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2012.
- CASTAGNA, Paulo. Avanços e perspectivas na Musicologia Histórica Brasileira, *Revista do Conservatório de música da UFPel*, Pelotas, v.1, n.1, p.32-57, 2008.
- CASTAGNA, Paulo. Desenvolver a arquivologia musical para aumentar a eficiência da Musicologia. In: ROCHA, Edite; ZILLE, José Antonio Baeta (Org.). *Musicologia[s]*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 191-243.
- DE PIERI, Marlise de Medeiros Nunes. *A educação infantil em Tubarão/SC: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969)*. Tubarão-SC, 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Acervos musicais de religiosas germanófonas recolhidos a duas instituições hospitalares na região Sul do Brasil. In: Seminário Internacional Migrações, territorialidades e ambiente; Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, 1.; 15., 2021, Forquetinha-RS. 2021, Forquetinha-RS / online. *Caderno de Resumos*. Forquetinha: ANPHCTB, 2021. p. 40.
- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. A língua vernácula na música católica no Brasil desde o século XIX: cânticos espirituais e as representações acerca da participação ativa dos fiéis nos ritos religiosos. *Opus*, Belo Horizonte-MG, v. 22, n. 1, p. 339-362, 2016.
- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. A língua vernácula na música católica no Brasil desde o século XIX: cânticos espirituais e as representações acerca da participação ativa dos fiéis nos ritos religiosos. *Opus*, Belo Horizonte-MG, v. 26, n. 3, p. 1-44, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20504/opus2020c2604>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- DUARTE, F. L. S.. Princípios arquivísticos, características dos documentos de arquivo e as particularidades dos acervos musicais: (des)caminhos do estudo das práticas musicais a partir de documentos musicográficos observados em arquivos e coleções da região amazônica. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 29., 2019, Pelotas-RS. *Anais*. Pelotas: ANPPOM, 2019. p. 1-9. Disponível em: <https://anppom.com.br/congressos/index.php/29anppom/29CongrAnppom/paper/view/5574>. Acesso em: 6 out. 2018.
- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Resgatando a função social de documentos musicográficos: o retorno de fontes à fase corrente a partir das atividades de gestão do acervo musical da capela do Hospital Beneficente Portuguesa em Belém – Pará. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 28., 2018, Manaus. *Anais...* Manaus: ANPPOM, 2018b. p. 1 - 8. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/28anppom/manaus2018/paper/view/5150>. Acesso em: 6 out. 2018.
- DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013). Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.
- EZQUERRO ESTEBAN, Antonio. Desafios da Musicologia Panhispanica na atualidade: uma reflexão. In: ROCHA, E.; ZILLE, J. A. B. (Org.). *Musicologia[s]*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-40.
- FRANCELINO, Luciene Carla Corrêa. Religiosas no interior dos hospitais: as Irmãs de Jesus na Eucaristia e a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. In: Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 4., 2017, Vitória-ES. *Anais*. Vitória: UFES, 2017. p. 859-877.
- FRANCISCO, Henrique Sugahara. A “caridade oficial”: os limites e as obrigações do Estado em face da pobreza segundo a imprensa paulistana das primeiras décadas do século XX. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-SP, 24., 2018, Guarulhos.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*Anais*. São Paulo: ANPUH, 2018. 10 p. Disponível em: [https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=6](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=6). Acesso em: 6 out. 2018.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 183-202, 1997.

GÓMEZ GONZÁLEZ, Pedro José et al. *El archivo de los sonidos: la gestión de fondos musicales*. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2008.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Nereu do Vale (org.). *Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. 2 v. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)*. Porto Alegre, 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.